

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização, relativos aos períodos de 31/12/2023 e 31/12/2022 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2023 e de 2022 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 5,6% em relação ao mesmo período de 2022. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 39,5 bilhões, aumento de 5,2% em relação a dezembro de 2022.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variáveis de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 392,4 milhões, apresentando um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2022. Esse movimento ocorreu devido ao aumento da receita

líquida com títulos de capitalização e do resultado financeiro, parcialmente compensados por maiores despesas administrativas.

2.2 Patrimonial

Variáveis de 31 de dezembro de 2023 em relação a 31 de dezembro de 2022:

O total de **ativos** atingiu R\$ 4,9 bilhões, redução de 2,2%, influenciada principalmente pela diminuição das aplicações.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 1,1 bilhão, aumento de 2,3%.

As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,2 bilhões, redução de 4,8%, principalmente em função da diminuição de provisões para resgate.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2023, distribuímos o montante de R\$ 71,6 milhões em sorteio. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | 3.442.152 | 3.638.435 |
| Disponível | | 2.547 | 14.876 |
| Caixa e Bancos | | 2.547 | 14.876 |
| Aplicações | 2d III, 3 | 3.421.341 | 3.610.255 |
| Créditos das Operações de Capitalização | | 91 | 133 |
| Créditos das Operações Capitalização | | 91 | 133 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 18.093 | 13.092 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 18.089 | 13.088 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 2d V, 7b I, 7c | 4 | 4 |
| Despesas Antecipadas | | 80 | 79 |
| Ativo Não Circulante | | 1.443.661 | 1.359.832 |
| Realizável a Longo Prazo | | 604.943 | 521.138 |
| Aplicações | 2d III, 3 | 558.389 | 460.530 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 46.554 | 60.608 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 2d V, 7b I, 7c | 32.975 | 38.269 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 5 | 13.532 | 22.335 |
| Outros Créditos Operacionais | | 47 | 4 |
| Investimentos | | 24.187 | 24.161 |
| Participações Societárias | | -- | 2 |
| Imóveis Destinados à Renda | | 24.187 | 24.161 |
| Intangível | 2d IV | 814.531 | 814.531 |
| Outros Intangíveis | | 814.531 | 814.531 |
| Total do Ativo | | 4.885.813 | 4.998.267 |

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Circulante | | 3.387.738 | 3.544.591 |
| Contas a Pagar | | 187.752 | 185.551 |
| Obrigações a Pagar | | 3.448 | 51.065 |
| Impostos e Encargos Sociais a Recolher | | 1.144 | 1.314 |
| Encargos Trabalhistas | | 6 | -- |
| Impostos e Contribuições | 2d V | 183.154 | 133.172 |
| Provisões Técnicas - Capitalização | 2d VI, 4b | 3.197.555 | 3.359.040 |
| Provisões para Resgates | | 3.189.501 | 3.350.186 |
| Provisões para Sorteios | | 7.965 | 8.732 |
| Provisão Administrativa | | 89 | 122 |
| Outros Débitos | | 2.431 | -- |
| Outros Valores | | 2.431 | -- |
| Passivo Não Circulante | | 407.000 | 387.363 |
| Contas a Pagar | | 370.554 | 352.057 |
| Obrigações a Pagar | | 8 | -- |
| Tributos Diferidos | 2d V, 7b II | 370.546 | 352.057 |
| Outros Débitos | | 36.446 | 35.306 |
| Provisões Judiciais | 5 | 36.446 | 35.306 |
| Patrimônio Líquido | 8 | 1.091.075 | 1.066.313 |
| Capital Social | | 558.295 | 558.295 |
| Reservas de Capital | | 7.606 | 7.606 |
| Reservas de Reavaliação | | 4.018 | 3.998 |
| Reservas de Lucros | | 504.741 | 524.326 |
| Outros Resultados Abrangentes | | 16.415 | (27.912) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 4.885.813 | 4.998.267 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

| | Nota | Capital Social | Reservas de Capital | Reservas de Reavaliação | Reservas de Lucros Legal | Reservas de Lucros Estatutária | Outros Resultados Abrangentes | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|----------|----------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Saldos em 01/01/2022 | | 558.295 | 7.606 | 3.841 | 98.681 | 248.891 | (22.927) | -- | 894.387 |
| Realização de Reserva de Reavaliação | -- | -- | -- | 157 | -- | -- | -- | (263) | (106) |
| Dividendos | -- | -- | -- | -- | -- | (145.000) | -- | -- | (145.000) |
| Total do Resultado Abrangente | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (4.985) | 378.749 | 373.764 |
| Lucro Líquido | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 378.749 | 378.749 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (4.985) | -- | (4.985) |
| Destinações | | | | | | | | | |
| Reservas | -- | -- | -- | -- | 12.977 | 308.777 | -- | (321.754) | -- |
| Juros sobre o Capital Próprio | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (56.732) | (56.732) |
| Saldos em 31/12/2022 | 8 | 558.295 | 7.606 | 3.998 | 111.658 | 412.668 | (27.912) | -- | 1.066.313 |
| Mutações do Período | | -- | -- | 157 | 12.977 | 163.777 | (4.985) | -- | 171.926 |
| Saldos em 01/01/2023 | | 558.295 | 7.606 | 3.998 | 111.658 | 412.668 | (27.912) | -- | 1.066.313 |
| Realização de Reserva de Reavaliação | -- | -- | -- | 20 | -- | -- | -- | (33) | (13) |
| Dividendos | -- | -- | -- | -- | -- | (251.033) | -- | -- | (251.033) |
| Total do Resultado Abrangente | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 44.327 | 392.448 | 436.775 |
| Lucro Líquido | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 392.448 | 392.448 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 44.327 | -- | 44.327 |
| Destinações | | | | | | | | | |
| Reservas | -- | -- | -- | -- | -- | 231.448 | -- | (231.448) | -- |
| Dividendos | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (160.967) | (160.967) |
| Saldos em 31/12/2023 | 8 | 558.295 | 7.606 | 4.018 | 111.658 | 393.083 | 16.415 | -- | 1.091.075 |
| Mutações do Período | | -- | -- | 20 | -- | (19.585) | 44.327 | -- | 24.762 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2023 E 2022 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itaseg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 3a, 2d III) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Fim de 31 de dezembro de 2023

- Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

- Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

O Pronunciamento Contábil 48 - Instrumentos Financeiros substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma.

O novo pronunciamento está estruturado para abranger os pilares: (i) Classificação e mensuração de ativos financeiros, considerando o modelo de negócios no qual são administrados e as características dos seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Redução ao valor recuperável (impairment); e (iii) Contabilização de cobertura (hedge accounting). Adicionalmente, a receita proveniente da quota de carregamento passa a ser reconhecida conforme a contraprestação oferecida ao titular do título de capitalização, sendo criada a Provisão de Receitas Diferidas para o registro das receitas cuja sociedade de capitalização ainda não tenha direito. As alterações serão adotadas de forma prospectiva em 02/01/2024.

A adoção dos normativos acarretará, segundo as melhores estimativas, uma redução não superior a 1,5% do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

III - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As provisões, contingências e obrigações legais são revisadas periodicamente e são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

IV - Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis na seguinte rubrica do Balanço Patrimonial: Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

| | 01/01 a 31/12/2023 | 01/01 a 31/12/2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| Lucro Líquido | 392.448 | 378.749 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 44.327 | (4.985) |
| Varição de Valor Justo | 74.667 | (9.097) |
| Efeito Fiscal | (30.340) | 4.112 |
| Total de Outros Resultados Abrangentes | 44.327 | (4.985) |
| Total do Resultado Abrangente | 436.775 | 373.764 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

| | 01/01 a 31/12/2023 | 01/01 a 31/12/2022 |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| Lucro Líquido Ajustado | 387.069 | 399.531 |
| Lucro Líquido | 392.448 | 378.749 |
| Ajustes para: | | |

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2023 E 2022 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

| | Taxa Média a.a. | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------|-------------------------|------------------|
| Fundos de Investimentos | | 2.477.750 | 2.597.356 |
| Letras Financeiras..... | | 544.371 | 935.672 |
| Letras do Tesouro Nacional..... | | 128.776 | 101.338 |
| Letras Financeiras do Tesouro..... | | 561.965 | 352.763 |
| Notas do Tesouro Nacional..... | | 164.446 | 154.572 |
| Debêntures..... | | 9.898 | 17.262 |
| Ações..... | | 49.848 | 4.209 |
| Certificados de Depósito Bancário..... | | 4.678 | 42.050 |
| Derivativos..... | | 4.054 | 898 |
| Compromissadas..... | | 965.015 | 907.958 |
| Depósitos a Prazo com Garantia Especial..... | | -- | 1.947 |
| Cotas de Fundos de Investimentos..... | | 44.942 | 78.587 |
| Contas a Receber / (Pagar)..... | | (243) | 100 |
| Títulos de Empresas | | 843.634 | 1.012.899 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários..... | | -- | 2.371 |
| Debêntures..... | | CDI +1,75% / IPCA +5,0% | 876.693 |
| Notas de Crédito..... | | 79.440 | 133.835 |
| Total | | 3.321.384 | 3.610.255 |
| Circulante | | 3.321.384 | 3.610.255 |
| Não Circulante | | -- | -- |

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

| | Taxa Média a.a. | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | | |
|---------------------------------|-----------------|--------------------------------|----------------|----------------|--------------------------------|----------------|
| | | Ajustes ao Valor Justo (no PL) | Valor Justo | Custo | Ajustes ao Valor Justo (no PL) | Valor Justo |
| Títulos Públicos | | 630.987 | 27.359 | 658.346 | 507.838 | 460.530 |
| Letras do Tesouro Nacional..... | | 99.977 | (20) | 99.957 | 235.855 | 220.702 |
| Notas do Tesouro Nacional..... | 10,00% | 531.010 | 27.379 | 558.389 | 271.983 | 239.828 |
| Total | | 630.987 | 27.359 | 658.346 | 507.838 | 460.530 |
| Circulante | | | 99.957 | | | -- |
| Não Circulante | | | 558.389 | | | 460.530 |

c) Movimentação das aplicações

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Mantido para Negociação | Disponível para Venda | Total | Total |
| Saldo Inicial - 01/01 | 3.610.255 | 460.530 | 4.070.785 | 3.742.432 |
| Aplicações..... | 1.631.593 | 349.197 | 1.980.790 | 1.995.953 |
| Resgate de Principal..... | (2.372.512) | (276.197) | (2.648.709) | (2.133.895) |
| Resultado Financeiro..... | 452.048 | 50.149 | 502.197 | 475.392 |
| Ajustes ao Valor Justo (no PL)..... | -- | 74.667 | 74.667 | (9.097) |
| Saldo Final | 3.321.384 | 658.346 | 3.979.730 | 4.070.785 |

d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

| | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 | | | |
|--|----------------|------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|--------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Mantidos para Negociação | 537.965 | 2.763.377 | 20.042 | 3.321.384 | 570.602 | 3.037.255 | 2.398 | 3.610.255 |
| Fundos de Investimentos..... | -- | 2.477.750 | -- | 2.477.750 | -- | 2.597.356 | -- | 2.597.356 |
| Debêntures..... | 537.965 | 206.187 | 20.042 | 764.194 | 570.602 | 303.693 | 2.398 | 876.693 |
| Notas de Crédito..... | -- | 79.440 | -- | 79.440 | -- | 133.835 | -- | 133.835 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários..... | -- | -- | -- | -- | -- | 2.371 | -- | 2.371 |
| Disponíveis para Venda | 658.346 | -- | -- | 658.346 | 460.530 | -- | -- | 460.530 |
| Títulos Públicos..... | 658.346 | -- | -- | 658.346 | 460.530 | -- | -- | 460.530 |

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

| Classificação Interna (1) | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---------------------------|--------------------------|------------------------|------------------|--------------------------|------------------------|------------------|
| | Mantidos para Negociação | Disponíveis para Venda | Total | Mantidos para Negociação | Disponíveis para Venda | Total |
| Baixo..... | 3.321.384 | 658.346 | 3.979.730 | 3.610.255 | 460.530 | 4.070.785 |
| Médio..... | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Alto..... | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total | 3.321.384 | 658.346 | 3.979.730 | 3.610.255 | 460.530 | 4.070.785 |
| %..... | 83,46% | 16,54% | 100,00% | 88,69% | 11,31% | 100,00% |

1) *Demanda correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.*

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adiantados por meio de pagamentos único e mensal, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.

- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

| | Provisões para Resgates (PMC) e (PR) | Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP) | Provisões para Despesa Administrativa (PDA) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|--------------------------------------|---------------------------------------|---|------------------|------------------|
| Saldo Inicial - 01/01 | 3.350.186 | 8.732 | 122 | 3.359.040 | 3.289.121 |
| (+) Adições decorrentes de emissão de títulos..... | 2.444.647 | 71.430 | (33) | 2.516.044 | 2.492.601 |
| (-) Atualização financeira das provisões..... | 196.609 | 7 | -- | 196.616 | 210.365 |
| (-) Resgates..... | (2.801.941) | (72.204) | -- | (2.874.145) | (2.633.047) |
| Saldo Final | 3.189.501 | 7.965 | 89 | 3.197.555 | 3.359.040 |

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------------|------------------|
| Provisões Técnicas | 3.197.555 | 3.359.040 |
| Fundos de Investimentos..... | 1.928.149 | 2.138.703 |
| Títulos de Empresas..... | 706.989 | 860.578 |
| Títulos Públicos..... | 658.344 | 460.530 |
| Garantias das Provisões Técnicas | 3.293.482 | 3.459.811 |
| Cobertura Excedente | 95.927 | 100.771 |

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

| Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------|-----------------|
| Patrimônio Líquido..... | 1.091.075 | 1.066.313 |
| Participações Societárias..... | -- | (2) |
| Despesas Antecipadas..... | (80) | (79) |
| Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias..... | (26.748) | (33.030) |
| Ativos Intangíveis (1)..... | (488.718) | (488.718) |
| Imóveis urbanos (e direitos de vendas)..... | (24.187) | (24.161) |
| Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a) | 551.342 | 520.323 |
| % Nível 1 sobre CMR..... | 360,0% | 259,6% |
| Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização..... | -- | 34.218 |
| Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo real sociedades de capitalização..... | 14.289 | 13.924 |
| Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b) | 14.289 | 48.142 |
| Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias limitado a 15% do CMR..... | 22.973 | 30.061 |
| Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado..... | 24.187 | 24.161 |
| Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 (c) | 47.160 | 54.222 |
| Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (g)..... | (24.187) | (24.161) |
| Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (h)..... | -- | (2.161) |
| Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 (d) = menor valor entre (g) e (h) | (24.187) | (24.161) |
| Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c), (d) | 588.604 | 598.526 |
| Capital Base (e) | 10.800 | 10.800 |
| Capital Adicional de Risco de Subscrição..... | 25.175 | 25.393 |
| Capital Adicional de Risco de Crédito..... | 99.399 | 131.997 |
| Capital Adicional de Risco Operacional..... | 8.455 | 8.508 |
| Capital Adicional de Risco de Mercado..... | 63.150 | 90.859 |
| Benefício da Correlação entre Risco..... | (43.025) | (56.350) |
| Capital de Risco (f) | 153.154 | 200.407 |
| Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (e) e (f) | 153.154 | 200.407 |
| Suficiência de Capital (PLA - CMR) | 435.450 | 398.119 |

1) *A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.*

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

| Produto | SUSEP | Tipo (1) | Cota de Carregamento | |
|-------------------|----------------------|----------|----------------------|-------------------|
| | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| PIC Itaú Uniclass | 15414.603701/2020-62 | PM | de 4,11% a 88,16% | de 4,11% a 88,16% |
| PIC Itaú Agência | 15414.603691/2020-65 | PM | de 4,42% a 88,40% | de 4,42% a 88,40% |
| PIC Itaú Agência | 15414.600720/2023-80 | PM | de 2,52% a 86,50% | -- |
| PIC Itaú Uniclass | 15414.600727/2023-00 | PM | de 2,31% a 86,29% | -- |

1) *PM - Pagamento Mensal.*

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 179 (R\$ 204 em 31/12/2022) com depósito em garantia de recursos de R\$ 88 (R\$ 133 em 31/12/2022).

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros no montante de R\$ 130 (R\$ 0 em 31/12/2022) com depósito em garantia de recursos de R\$ 1.142 (R\$ 1.056 em 31/12/2022).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

| Obrigações Legais..... | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------|---------------|---------------|
| | 36.137 | 35.102 |
| Total | 36.137 | 35.102 |

Depósitos em Garantia de Recursos

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------|------------|------------|
| | 783 | 754 |

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

• PIS - R\$ 35.960 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 71.853 (R\$ 71.573 em 31/12/2022), sendo as principais discussões descritas a seguir:

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 64.619: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 11.519 (R\$ 20.392 em 31/12/2022).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outras Receitas Operacionais

Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (367.122) (R\$ (284.901) de 01/01 a 31/12/2022).

c) Resultado Financeiro

| | Nota | 01/01 a 31/12/2023 | 01/01 a 31/12/2022 |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Receitas Financeiras | | 541.177 | 507.762 |
| Fundos de Investimento..... | | 344.710 | 309.372 |
| Títulos de Renda Fixa..... | | 189.095 | 195.548 |
| Outras Receitas..... | | 7.372 | 2.842 |
| Despesas Financeiras | | (235.658) | (241.255) |
| Atualização de Operações de Capitalização..... | 4b | (196.616) | (210.365) |
| Títulos de Renda Fixa..... | | (31.628) | (29.528) |
| Encargos sobre Tributos..... | | (6.910) | (939) |
| Outras Despesas..... | | (504) | (423) |
| Total | | 305.519 | 266.507 |

NOTA 7 - TRIBUTOS

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2023 E 31/12/2022 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2023 E 2022 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e os indiretos: Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas e fundos de investimentos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.
- Outras Partes Relacionadas:
- Participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A., destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A. e CCR S.A.

| | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2022 |
|--|---------------|---------------------------|--------------|----------------------------|------------------|-------------------|
| | Controladoras | Empresas do Grupo | Coligadas | Outras Partes Relacionadas | Total | |
| Ativo | | 2.436.641 | 6.360 | 34.020 | 2.477.021 | 2.549.531 |
| Aplicações..... | -- | 2.436.628 | 6.360 | 34.020 | 2.477.008 | 2.549.531 |
| Outros Ativos..... | -- | 13 | -- | -- | 13 | -- |
| Passivo | | (43.464) | -- | -- | (43.464) | (43.225) |
| Provisões Técnicas - Capitalização..... | -- | (43.464) | -- | -- | (43.464) | (43.225) |
| | | 01/01 a 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 |
| Demonstração do Resultado | | 9.113 | -- | 669 | 9.782 | 56.934 |
| Receitas..... | -- | 118.725 | -- | -- | 118.725 | 118.640 |
| Despesas..... | -- | (90.146) | -- | -- | (90.146) | (89.279) |
| Outras Receitas / (Despesas) Operacionais..... | -- | (19.466) | -- | 669 | (18.797) | 27.573 |

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais fóros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Risco de Subscrição

Os riscos de Capitalização, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado.

Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, compliance e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

DIRETORIA

| Diretor Presidente | Diretores | | | | | Atuária | Contador |
|--------------------------|------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------|--|---|
| Eduardo Nogueira Domeque | Carlos Henrique Donegá Aidar | José Geraldo Franco Ortiz Junior | Lineu Carlos Ferraz de Andrade | Rita Rodrigues Ferreira Carvalho | Vinicius Santana | Bianca Oliveira Lamounier Castello MIBA: 1694 | Arnaldo Alves dos Santos CRC 15P210058/O-3 |

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - São Paulo - SP.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Cia. Itaú de Capitalização

São Paulo - SP

CNPJ: 23.025.711/0001-16

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú de Capitalização ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Cia. Itaú de Capitalização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável dos valores registrados na conta de Ativo Intangível (Notas 2 (c.II) e 2 (d.IV))

O saldo de ativo intangível, composto por ágio na aquisição de empresa, é submetido, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração.

Mantivemos essa área como foco nos nossos trabalhos de auditoria por envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos.

Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 2 (c.IV), 2 (d.VI) e 4)

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização. A Provisão para Resgate (PR) é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, mantivemos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Cia. Itaú de Capitalização está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Companhia.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (home office), considerando os processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cybersecurity. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MTM - Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações da empresa:

| Classe | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|------------------|------------|------------------|-----------|
| | Valor Contábil | DV01 | Valor Contábil | DV01 |
| Títulos Públicos | | | | |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)..... | 164.446 | (124) | 154.572 | (48) |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)..... | 558.389 | (259) | 239.828 | (126) |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN)..... | 228.732 | (37) | 322.040 | (44) |
| Moedas | 182 | 2 | -- | -- |
| Títulos Privados | | | | |
| Indexado a IPCA..... | 3.346 | (1) | 16.994 | (5) |
| Indexado a PRÉ..... | 20.480 | (2) | 35.505 | (5) |
| Ações | 51.504 | 515 | 4.209 | 42 |
| Ativos Pós-Fixados | 1.987.649 | -- | 2.389.679 | -- |
| Compromissadas Over | 965.015 | -- | 907.958 | -- |
| Total | 3.979.743 | | 4.070.785 | |

O saldo contábil está apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 13 (R\$ 0 em 31/12/2022), referente a bloqueios judiciais.

III - Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

IV - Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito para Aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| | São Paulo, 26 de fevereiro de 2024 | |
| ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S.S, CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11 | | Anderson Gomes Ferreira da Silva Atuário - MIBA 2.043 |

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela Administração. Testamos as projeções e as premissas mais representativas utilizadas pela Administração para realização do teste do valor recuperável do intangível, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas de realização. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e a efetividade dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas. Para a PMC e PR: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação de entradas e saídas e atualização das provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador. Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes realizados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Continuação)
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>